



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico**Não passível de alteração*TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0617/14	DATA: 20/05/2014	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 14h44min	TÉRMINO: 15h40min	PÁGINAS: 20

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Continuação da discussão e votação do relatório final apresentado pela Relatora da Comissão.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Boa tarde a todas e a todos. Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 91ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis, de 2003 a 2011.

Informo aos Srs. e Sras. Deputadas que foi distribuída cópia da ata da 90ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de fazermos a leitura da mesma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A pedido do Deputado Luiz Couto, está dispensada a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E, ao mesmo tempo, dizer a V.Exa. que, aprovado o relatório, nós temos que votar a ata também nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

As Sras. e os Srs. Deputados que estão de acordo com os termos da ata da 90ª Sessão mantenham-se como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião tem por finalidade a continuação da discussão e votação do relatório final desta CPI.

As Sras. e os Srs. Deputados que desejarem discutir a matéria deverão inscrever-se junto à Secretaria. Informo que o prazo para discussão máximo é de 15 minutos para os membros da Comissão e para os Líderes, e de 10 minutos para outros Deputados que não pertençam à mesma.

Esclareço também que, desde a última sessão, em função do pedido de vistas coletivo, a Relatora, Deputada Flávia, recebeu sugestões ao relatório, as quais ainda podem ser apresentadas e serão analisadas pela Relatora e por ela acatadas ou não.

As sugestões rejeitadas pela Relatora, porventura, não poderão ser objeto de destaques, que serão aceitos até o anúncio da votação. Serão aceitos apenas destaques supressivos que incidam sobre as partes do relatório.

Os autores de requerimento de destaque deverão estar presentes no momento em que for anunciada a votação da matéria destacada. Não o fazendo, o destaque será considerado insubsistente, segundo o art. 162 do Regimento Interno.



Passo, portanto, a palavra à nossa Relatora, Deputada Flávia Morais, antes, porém, quero registrar a presença de diversos Deputados, da Deputada Antônia Lúcia, Deputado Luiz Couto, Deputado Mendonça Prado, Deputada Janete Capiberibe, Deputado Josué Bengtson, dentre outros Deputados que já estiveram aqui e retornarão em breve.

Com a palavra a Relatora, Deputada Flávia Morais.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Boa tarde a todos.

Na última audiência, apresentei aqui o relatório, fruto do trabalho de todos os Deputados, e no qual pudemos descrever como ficou dividido esse relatório. Além daquele relatório parcial que nós já havíamos apresentado, que contém a proposta legislativa, nós fizemos, então, a apresentação dos casos que foram investigados pela CPI e que deram condições para que fosse formulado esse projeto de lei.

Esses casos nós relatamos fazendo uma breve apresentação, depois, transcrevendo os depoimentos e, logo depois, as providências que a CPI tomou e, logo no final, a conclusão, o encaminhamento de cada caso.

Alguns indiciamentos foram apresentados ao final e algumas sugestões e indicações também.

Desses casos que nós apresentamos, alguns não estiveram indiciados por motivos variados, que nós apontamos aqui; de alguns, porque o tempo prescreveu, outros, porque não havia tipo legal, de acordo com a Assessoria da CPI.

Após apresentação do relatório, semana passada, diante do pedido de vistas, nós recebemos algumas sugestões de vários Deputados. E aqui nós queremos, então, dentro desse relatório, que já está hoje reformulado com algumas das sugestões que já foram acatadas e acolhidas, nós estamos aqui apresentando o relatório já com o incremento das sugestões que recebemos de alguns Deputados.

Recebemos algumas propostas do Deputado Arnaldo Jordy, e elas foram todas acatadas; também uma proposta da Deputada Professora Dorinha em relação ao caso do Sérgio Leonardo, que também foi acatada; uma sugestão da Deputada Antônia Lúcia, que também foi acatada.

Em relação a algumas sugestões do Deputado Luiz Couto, nós recebemos hoje, às 11h40min, e já demos encaminhamento a várias delas.



Em relação ao caso de Salamanca, que existe a solicitação para que seja transcrito, ele já está dentro do relatório, é o caso 13.2 que está no relatório.

As audiências do Estado de Pernambuco estão no item 11, das redes de enfrentamento, não estão nos relatos de caso, e a audiência da Paraíba está no caso 13.5. Portanto, elas já constam no nosso relatório.

As sugestões de indiciamento do Sr. Denilson, da Elisânia, do Max, do Geovani, eles não estão como indiciados e já existe uma ação penal. Nós temos até o número dela, que consta na página 356 do relatório. É uma ação penal que já existe. Acredito que não há necessidade de nós indiciarmos novamente, se já existe uma ação penal em torno dessas pessoas.

Os outros indiciamentos que foram sugeridos, até por prazo, nós ainda não colocamos aqui no nosso relatório. Alguns outros que têm ainda sugestão de indiciamento, como o juiz, nós estamos, através de sugestão e indicação no nosso relatório, encaminhando para o CNJ — Conselho Nacional de Justiça, para que ele tome providência em relação, porque a CPI não investigou e não é competência da CPI investigar juiz. Por isso, acho que não seria pertinente nós indiciarmos algum juiz no nosso relatório.

Esses outros elementos, que não estão indiciados aqui, constarão nos Anais da CPI do Tráfico de Pessoas.

Então, essas são as nossas considerações. Gostaria de poder contar com o apoio dos pares, para que nós pudéssemos aprovar o nosso relatório e, com isso, concluir os trabalhos da CPI do Tráfico de Pessoas nesta Casa, que durou pouco mais de 2 anos e que tem como maior legado, como já disse na outra audiência, com certeza, é a apresentação do projeto de lei, que vai alterar a legislação brasileira, que está muito ultrapassada, fazendo modificações importantes e que vão instrumentalizar melhor os atores que fazem o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Essa é a nossa fala, Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, como a Relatora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quero agradecer à Deputada Flávia pelas considerações. Todas as sugestões que foram apresentadas a ela, de uma maneira geral, foram acolhidas, salvo aquelas que, no seu entendimento e com razão, já haviam sido encaminhadas por alguma razão ou esse



impedimento de indiciamento de juiz, que realmente não tem precedência nesta Casa.

Faculto agora a palavra aos Srs. e às Sras. Deputados.

Tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nós, na CPI do Extermínio no Nordeste, fizemos recomendações. Recomendamos ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, aos Ministérios Públicos Nacional e Estaduais, porque há casos que são dos Estados, para que encaminhem o indiciamento com suas tipificações criminais dos relacionados abaixo.

Então, a gente indica esse número 1.1, essa recomendação. Fizemos uma recomendação, já que nós não indicamos, mas nós pedimos que os órgãos competentes possam fazê-lo; e também quanto à implementação ou suplementação do conjunto de elementos indiciários, que eles chamam de provas, encaminhamos as seguintes solicitações.

Então, seria a 2.2 do documento que foi encaminhado, ou seja, seria quebra de sigilo, mas como recomendação. Então, nesse sentido, não alteraria o fato, mas nós faríamos essa recomendação, porque, pelo que nós verificamos, são muito graves as acusações, as denúncias que foram feitas. Já que nós não acatamos, nós queremos colocar como recomendação. É o ponto 1 e o ponto 2.1, ou seja, como recomendação. Seria recomendação, no caso do juiz, ao Conselho Nacional de Justiça.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Presidente, posso? Só para a gente... Essa em relação ao CNJ já existe dentro das nossas indicações. Eu vou até ler para o senhor o número 10: ao Conselho Nacional de Justiça, para as devidas providências no que diz respeito à apuração de irregularidades na atuação de magistrados em processos de adoção, principalmente no que tange à prática do crime de tráfico de influência, que é a sugestão também da Deputada Antônia Lúcia. Acrescentamos essa parte do tráfico de influência.

Então, eu acredito que, nesse texto, nós estamos sugerindo e recomendando ao CNJ que acompanhe os casos dos magistrados envolvidos em processos de adoção.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso, são citados os juízes que são..., porque genérica..., há dificuldades para que o Conselho possa fazer isso.

Recomendação. Recomendação é algo que chama, ou seja, nós recomendamos para que as autoridades competentes ou investiguem, ou indiciem, ou afastem as pessoas envolvidas, que elas possam fazer isso. Estamos colocando para o Ministério Público, que é que indicia. O Ministério Público é que faz o trabalho de investigação, faz o indiciamento ou não, e depois é levado para que o Judiciário possa julgá-los.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Deputado Luiz Couto, para atender ao pedido do senhor e nós não especificarmos nome de juiz, eu sugiro — e é o que nós devemos acatar — que, dentro desse texto que eu já falei, nós acrescentássemos no final: “*em especial, o caso de Monte Santo*”. Aí, já pegaria quem está envolvido no caso, sem falar que nós estivemos investigando ou não juiz, que não é competência da CPI. Nós não podemos investigar juiz. Daí, nós não podemos sugerir nome de juiz no nosso relatório. Acho que ficaria meio...

Então, nós colocaríamos dentro da indicação: “*em especial, o caso de Monte Santo*”, porque aí o juiz envolvido estaria dentro dessa apuração de irregularidades por parte do CNJ.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputada Flávia, antes do Deputado... Teria uma cópia? A sugestão da Relatora é de que seja refeita a referência dos magistrados citados no caso que está aí descrito de Monte Santo. Mas, no relato, porque eu não sei... No relato do caso Monte Santo estão...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Constam no relato do caso as providências tomadas pela CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Constam os nomes dos juízes.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Todos, os relatórios deles e até alguma conclusão.

E a indicação para que o Conselho Nacional de Justiça, que é quem tem a prerrogativa de tomar providências em relação a isso, para que tome, nos casos em geral, porque a gente sabe que não é só esse caso, mas em especial o caso de Monte Santo, que aí fica bem claro que esse...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só para acrescentar: todos aqueles que estiveram envolvidos naquela situação; acrescentando não somente o juiz, mas todos os envolvidos na questão de Monte Santo.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Qual foi a sua questão de ordem em relação ao Monte Santo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu sugeri uma recomendação, mas a Deputada acatou outra proposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputado Luiz Couto. Mais algum Deputado ou Deputada gostaria de se manifestar? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazê-lo, nós vamos colocar o relatório, sem prejuízo dessas sugestões agora já mediadas e no essencial acolhidas, em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que são de acordo com o relatório da Deputada Flávia Moraes mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado por unanimidade dos membros desta CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vamos votar a ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos agora à apreciação da ata.

Nos termos do § 3º do art. 97 do Regimento Interno, suspendo os trabalhos para a elaboração da ata da presente reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está reaberta a reunião.

Indago aos Srs. Deputados se há a necessidade da leitura integral da ata. *(Pausa.)*

Pelo pedido de dispensa coletivo, manifesta e solidária dos demais, a ata está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a ata da 91ª reunião ordinária da CPI mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

A ata de encerramento está aprovada. *(Palmas.)*

Quero, antes de fazer o encerramento desta sessão, parabenizar a Deputada Flávia Moraes pelo seu relatório, com a acolhida inclusive das sugestões, que evidentemente não contrapunham em nada o seu relatório inicial, apenas ilustravam.



Quero agradecer a todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Acho que nesses 2 anos de trabalho aqui realizados esta CPI produziu. Acho que não foi uma CPI apenas para consolidar e muito menos se omitir diante das constatações acerca de um tema absolutamente — eu não diria inédito — relativamente novo no debate de escala nacional. Nós percorremos todas as regiões. Nós percorremos quase as 27 Unidades da Federação. Nós percorremos 23 Estados do Brasil com esta CPI, investigando em audiências públicas. Todas as deliberações aqui tomadas foram deliberações por unanimidade. Não houve um único voto divergente nesses 2 anos de trabalho. Isso é mérito dos membros desta CPI, da sabedoria. Isso não significa que não tivéssemos divergências ou opiniões diferentes entre nós, o que é próprio em tema tão palpitante como este, envolvendo tantos interesses econômicos, políticos, de estrutura de poder. Mas acho que nós tivemos todos a sabedoria de aprovar, buscando o consenso progressivo, buscando o convencimento, buscando a ponderação dos membros.

Esta CPI, de certa forma, contribuiu para que uma novela global pudesse ser tema deste assunto, o que o capilarizou e lhe deu conhecimento. É bom informar que a CPI foi anterior à novela, e não posterior, como alguns ainda imaginam. Depois, a CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil também o abraçou. Claro, não foi por conta de uma sugestão formal, mas, sem dúvida, os trabalhos desta CPI, a manutenção deste tema inclusive na mídia, denunciando os crimes, os abusos e as atrocidades a que nós assistimos em relação à manipulação da vida humana, reduzindo-se a coisa, reduzindo-se a mercadoria, isso, sem dúvida alguma, alcançou. E talvez tenha sido a coisa mais importante desta CPI, com todo o mérito ao projeto de lei que esta CPI já produziu antecipadamente, que já é objeto de uma Comissão Especial que muitos das Sras. e dos Srs. Parlamentares aqui, membros deste CPI, integrarão. Independentemente do relatório brilhante, exemplar da Deputada Flávia, independentemente do esforço que cada um fez, visitando este País de ponta a ponta, eu acho que a grande contribuição dada foi ter mantido este tema em debate na opinião pública, instigando-o entre as entidades da sociedade civil e buscando soluções.

Acho que nós deveríamos solicitar ao Presidente da Casa — eu já conversei isso com a Deputada Flávia Moraes e com outros Deputados — que nós



podéssemos fazer uma edição desse trabalho. Eu acho que não há nenhum documento hoje que possa ser tão representativo deste problema como o relatório desta CPI, por tudo que nós vimos, os casos registrados, etc. Acho que nós deveríamos pedir não só a edição impressa desse relatório, como também as imagens em DVD de todas as audiências que estão no arquivo da CPI. Isso não pode ficar aqui no arquivo morto ou dentro das gavetas do Congresso Nacional. Acho que a gente deveria oportunizar a todos os núcleos de enfrentamento do tráfico de pessoas no Brasil, às entidades, ao Ministério da Justiça. Todas as entidades que de alguma forma se envolveram forma precisam ter acesso a isso, para que esse trabalho possa ter continuidade.

Acho que nós deveríamos marcar uma audiência para a entrega solene desse documento ao Presidente da Câmara, ao Presidente do Congresso Nacional, aos Presidentes do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ao Ministro da Justiça e à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, como uma contribuição para o debate que deverá ter continuidade por essas instituições, que são permanentes, ao contrário desta CPI.

E faço também uma sugestão que foi dada na última reunião por mim, pela Deputada Flávia Moraes, pela Deputada Antônia Lúcia, pelo Deputado Luiz Couto e outros: que nós possamos sugerir na Comissão de Direitos Humanos uma Subcomissão do Tráfico de Pessoas, no sentido de tentar acompanhar, no âmbito do Legislativo ainda, as decorrências desse trabalho exitoso construído coletivamente aqui por todos os membros desta CPI.

Portanto, queria agradecer a todos os funcionários, servidores desta Casa que atuaram nesta CPI, aos atuais e aos que passaram por aqui, àqueles que não são daqui, mas são das assessorias parlamentares do PDT, do PPS, do PT e de outros partidos que tiveram atuação nesta Comissão, à *Radio Câmara*, à *TV Câmara* e a todos os órgãos da imprensa que nos ajudaram a divulgar esse trabalho; enfim, a todos que de forma direta ou indireta construíram este sucesso exitoso desta contribuição parlamentar que orgulha, com certeza, o Parlamento brasileiro, esta Câmara dos Deputados.

E eu espero que a gente possa alcançar o objetivo, talvez, mais imediato daqui para frente, que é a aprovação do projeto de lei. Faço este apelo a todos os



membros aqui, que são representantes de praticamente todos os partidos. E, repito, esta Comissão decidiu tudo por unanimidade, tudo, 100%! Que a gente possa ter aprovado o mais rápido possível esse projeto de lei, em que constam 23 ou 25 artigos, não só aperfeiçoando, mas também, em alguns casos, inaugurando a legislação brasileira no sentido de melhorar o enfrentamento do tráfico de pessoas, que não é um tema inédito. O Deputado Nelson Pellegrino já foi um dos esteios neste Congresso Nacional, desta Câmara dos Deputados, na Legislatura passada abordando também este tema, inclusive inspirando o primeiro Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, sem dúvida alguma.

Mas acho que hoje nós temos, por conta de todo esse trabalho acumulado, condições de fazer um enfrentamento mais eficaz. E eu espero que a gente possa ainda, o mais rápido possível, aprovar de forma célere, porque, como eu disse, esse projeto de lei que está tramitando na Casa foi construído a dezenas de mãos — todos os intelectuais, os estudiosos, os Paramentos, o Ministério da Justiça, o CNJ, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a Polícia Federal. Vários órgãos participaram e deram contribuições. Foram inclusive cobrados, alguns deles, para fazerem a sua contribuição. Então, eu acho que o documento, sem prejuízo de qualquer acréscimo, debate, sugestões, mudanças que possa ter, já tem um grau de acúmulo suficiente para premiar o ordenamento jurídico brasileiro no sentido do seu aperfeiçoamento.

Portanto, queria agradecer e facultar a palavra. Alguns Deputados a estão pedindo.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pela ordem, Deputada Liliam Sá, para fazer as suas considerações.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Sr. Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, Deputada Flávia Morais, Sr. Manoel Amaral Alvim de Paula, Secretário-Executivo da CPI, fiel guerreiro, queria parabenizar o trabalho da CPI.

Participei e sei da dificuldade que nós temos de detectar essas redes que traficam pessoas no nosso País. E a CPI veio dar uma resposta principalmente na questão das crianças desaparecidas no nosso Estado, que é o Rio de Janeiro, com



uma grande vitória da CPI, dando uma resposta para as mães que estavam procurando as suas filhas.

A CPI trabalhou incansavelmente nesse sentido e também para mostrar para o Brasil que, quando desaparece uma criança ou um adolescente, enigmaticamente, não está desaparecendo à toa. Muitos pensam que uma criança é sequestrada, quando ela tem poder aquisitivo; quando a criança é pobre, ela é desaparecida. E não é assim, é sequestro. É sequestro para fins de exploração, para o tráfico humano.

E nós queremos parabenizar esse trabalho de vocês, que foi incansável, está dando resposta à sociedade e chamou a atenção das pessoas. Muitos pensavam que isso aí era ficção! Inclusive, até a cartilha de vocês fala que isso não é coisa de novela, que é uma realidade que nós vivemos no País. E o tráfico interno ainda é o mais cruel, porque essas redes tiram os adolescentes e as crianças do seu Estado, do seio do lar. Tiram-nos das suas mães e os levam para outro Estado, para perambular e serem explorados sexualmente, muitos deles. Então, foi um trabalho maravilhoso. Parabéns!

Que Deus possa abençoar as crianças do Brasil e essas mulheres também — com certeza, muitas delas sofreram com o tráfico —, para que possam recuperar e ressignificar as suas vidas.

Parabéns! Que Deus abençoe vocês!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputada Liliam. Só que esse mérito não é de vocês, é nosso, inclusive seu, Deputada Liliam Sá.

Com a palavra o Deputado Paulo Freire. Depois, a Deputada Antônia Lúcia, o Deputado José Augusto, o Deputado Nelson Pellegrino e a Deputada Janete.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, eu quero parabenizar também o esforço de todos os nossos companheiros que se dedicaram a esta CPI, em especial à Deputada Flávia Moraes, nossa Relatora, que fez um trabalho precioso, maravilhoso! Eu não poderia deixar de reconhecer aqui também, Sr. Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, a sua condução na Presidência desta CPI. Eu acompanhei a CPI no meu Estado, em São



Paulo, e pude ver o esforço de todos os Deputados e em especial desta Presidência em realizar esse trabalho.

Eu espero que realmente seja aceita a edição desse trabalho, porque são informações tão importantes, que eu acredito que, se isso ficar engavetado, de nada vai servir o nosso trabalho. Eu acredito que há tantas informações boas dentro deste relatório, que podem servir para uma investigação até mais profunda e para que outros casos sejam resolvidos também.

Portanto, eu quero somente agradecer também a todos os demais colegas que colaboraram e parabenizar todos por esse esforço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Paulo Freire. Quero parabenizá-lo também. Além de acompanhar outros casos na CPI lá em São Paulo, V.Exa. esteve presente em praticamente todas as ações que esta CPI realizou, inclusive apoiando integralmente os nossos trabalhos.

Registro a presença da Deputada Marinha Raupp.

Passo a palavra à Deputada Antônia Lúcia.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, quero parabenizar V.Exa., Deputado Arnaldo Jordy, e, parabenizando a sua pessoa, estes parabéns se estendem a todos os membros, a todos os Deputados que colaboraram com este grande trabalho da nossa CPI. Também de forma igual, parabenizo a nossa Relatora, a Deputada Flávia Morais.

Eu me sinto muito feliz e satisfeita por ter feito parte — e vamos continuar assim, se for possível — deste grande trabalho, deste grande relatório que marcou o nosso País. Esta CPI visitou vários Estados. Acredito que quase todas as regionais do nosso País foram visitadas. Todas as demandas foram atendidas por esta CPI.

Olha-se, pelo relatório final, na nossa pauta da semana passada, que a Relatora, a Deputada Flávia Morais, abriu o relatório para que nós Deputados Federais pudéssemos estar trazendo sugestões, agregando mais informações e valores. De forma que me sinto feliz e satisfeita por ter minhas sugestões acatadas pela Relatoria.

E quero parabenizar mais uma vez, dizer que o Brasil ganhou muito e vai ganhar ainda muito mais, porque esta Casa tem desempenhado um trabalho excelente. Com toda a certeza. Todos nós que estamos aqui temos convicção de



que fizemos o melhor, temos convicção de que as autoridades que irão receber esse relatório final irão apreciá-lo e irão se juntar ao nosso pensamento.

Então, quero parabenizar mais uma vez. A nossa CPI realmente está de parabéns. Com a eleição, aqui no Plenário de nº 12 — é isso? —, vamos eleger os membros da Comissão Especial. E, com certeza, vamos dar continuidade e terminar aquele compromisso que assumimos diante do País e da população, para entregarmos como pronto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputada Antônia Lúcia.

Deputado Nelson Pellegrino. Depois, Deputada Janete Capiberibe.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, primeiro eu queria parabenizá-lo pela condução dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, serena mas firme, na busca do diagnóstico, na busca da investigação do fenômeno sobre o tráfico de pessoas no Brasil, que indiscutivelmente tem ramificações no mundo inteiro. O tráfico de pessoas, hoje, é uma modalidade criminosa que só fatura menos que o tráfico de armas e drogas. E há toda uma relação entre todas essas modalidades criminosas.

O Brasil vem avançando, nos últimos anos, nesse combate. Eu lembro, quando fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos, em 2001, que muito pouca coisa nós tínhamos de conhecimento, inclusive em termos de diagnóstico. E o Ministério da Justiça, no Governo Lula, fez um estudo pioneiro para identificar a rota do tráfico de pessoas no Brasil. Identificou muitos pontos em postos de combustíveis. A partir daí, a gente pôde montar uma estratégia de qualificação da Polícia Rodoviária e de instituições policiais.

Como fruto disso, apresentei, como V.Exa. já registrou, nesta Casa, um projeto de lei que propunha a criação do Sistema Nacional de Prevenção e Repressão ao Tráfico de Pessoas, muito parecido e nos moldes do Programa de Proteção a Testemunhas. Propunha também naquela época uma série de adequações na nossa legislação, que tem lacunas em relação à tipificação de algumas modalidades criminosas e a instrumentos para que possamos reprimir de forma mais eficaz isso aí.



Tenho certeza de que todos esses aspectos foram abordados no relatório da Deputada Flávia Morais. Aproveito para parabenizá-la pelo relatório. Acho que é uma etapa importante, porque a etapa subsequente é não só o diagnóstico, mas também uma proposição, um conjunto de proposições legislativas para aperfeiçoar, no âmbito do Congresso Nacional e do País, essa legislação.

Espero que, com o dever desta etapa cumprida por V.Exa., pela Deputada Flávia, por todos nós, possamos dar outros passos importantes na prevenção, principalmente, e na repressão ao tráfico de pessoas. Essa é uma modalidade criminosa odiosa porque envolve a liberdade das pessoas; envolve vidas, porque ocorre o tráfico de órgãos; envolve a exploração de crianças e adolescentes; envolve a exploração sexual de seres humanos adultos; envolve a exploração e o tráfico para situação análoga à do trabalho escravo. Então, são todas modalidades odiosas.

Nós estamos no século XXI, e de fato o século XXI deveria abolir definitivamente qualquer tipo de modalidade de escravidão ou qualquer tipo de tráfico de seres humanos.

Portanto, quero parabenizar V.Exa., a Deputada Flávia Morais e todos os que contribuíram para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito se desenvolvesse e encerrasse seus trabalhos aqui, hoje, com este relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Nelson Pellegrino. Agradeço também a participação de V.Exa. no andamento dos trabalhos desta Comissão, com a experiência de quem já tinha, com êxito e brilhantismo, abordado este tema aqui na Câmara dos Deputados.

Com a palavra a Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, eu não poderia deixar de dizer uma palavra aqui, de ênfase a sua atuação como Presidente da CPI, da Relatora, Deputada Flávia Morais, do Deputado Luiz Couto, que não se encontra presente, mas que milita profundamente em favor dos direitos humanos, principalmente das crianças e dos adolescentes vítimas de exploração sexual.

Quero parabenizar a Comissão como um todo por este trabalho que levantou questões que vão continuar no debate e, inevitavelmente, vão chegar à conclusão



de que é principalmente nas fronteiras do País em que acontece o tráfico de crianças e adolescentes — de mulheres, principalmente. Essa é uma contribuição enorme que a Comissão está dando à população brasileira

Quero falar, Presidente, do resultado da reunião da CPI do Tráfico de Pessoas no Município do Oiapoque. Na lista de pessoas que prestaram esclarecimentos e depoimentos estavam o Juiz Luiz Grott, o Presidente da Câmara de Vereadores do Oiapoque e uma mulher. Tenho agora satisfação de dizer, nesta última reunião de conclusão da CPI, que os principais agenciadores responsáveis pelo crime cometido, principalmente contra crianças e adolescentes, meninas de 11, 12, 13 anos de idade — o senhor ouviu isso ali — estão presos. O Delegado-Geral da Polícia Civil do Governo do Estado do Amapá, Delegado Tito Guimarães, se pronunciou, ao final. E ele está atuando. (*Palmas.*) Estão presos todos os agentes desse crime terrível que acontece, ali na fronteira com o Oiapoque, e que está junto com o que o Deputado Pellegrino colocou: é o tráfico de pessoas, é o tráfico de drogas, é o tráfico de armas. Tudo em conjunto. E nós vamos perseguir até naquela fronteira do Oiapoque, para que não fique impune nenhum dos bandidos que atuam ali, que violentam as mulheres, as crianças e a juventude.

Sr. Presidente, esta Casa acabou de aprovar o Projeto de Lei nº 7.220, de 2014, do Senado, que torna hediondo o crime de exploração sexual de crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis. Essa será uma ferramenta importante para inibir a execução, o acontecimento desse tipo de crime.

Eu quero parabenizar V.Exa. e a Deputada Flávia Moraes pela apresentação de um projeto, do esboço de um projeto que tipifica o crime de tráfico de pessoas, que atualmente não existe. Existem várias lacunas em relação a essas contravenções horrorosas que são cometidas contra as pessoas, principalmente contra mulheres, crianças e adolescentes em nosso País.

Este fato já vale e é muito positivo: o da existência da CPI, que conclui hoje os seus trabalhos.

Meus parabéns! Parabéns a todos nós que participamos da CPI do Tráfico de Pessoas!

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputada Janete. Parabéns por sua atuação nesta CPI também. Apesar de V.Exa. não poder ter estado lá no dia, por conta de uma crise de saúde, de um problema de coluna, salvo engano, exatamente na véspera do nosso deslocamento,...

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... sem dúvida, em parte, aquela audiência foi em sua homenagem, pelo clamor e pela voz incansável que V.Exa. tem nesta Casa — e eu sou testemunha disso na Comissão da Amazônia e também nesta CPI — na defesa dos desprotegidos e, principalmente, de crianças, adolescentes e vítimas do tráfico de pessoas, porque uma das rotas mais contundentes do Brasil é a fronteira Norte, pelas facilidades, pelo despreparo, pela descobertura do Estado brasileiro naquela região, facilitando, digamos assim, toda a sorte de troca, de manipulação, de compra inclusive de meninas, de pessoas, de seres humanos, como se fossem uma mercadoria. Parabéns também pela sua atuação!

Passo a palavra ao Deputado José Augusto e, em seguida, ao Deputado Mendonça Prado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Quero, primeiro, parabenizar o Presidente pela condução desta CPI; o nosso Luiz Couto, que esteve presente em todos os momentos; a nossa Relatora, pelo trabalho brilhante; e todos os que participaram desta CPI, do início até agora. Eu também participei em vários momentos, quando fomos à Bahia, quando fomos ao Pará, a toda a Amazônia, a Pernambuco, a São Paulo, quando pudemos ver de perto essa rede criminosa que atua no Brasil e no exterior.

Podemos dizer, colegas, que esta é uma CPI corajosa. Nós enfrentamos realmente gente da mais alta periculosidade, bandidos nacionais e internacionais que vivem mexendo com milhões, nesse crime organizado que acontece em grande parte das regiões do Brasil.

Quero aproveitar para agradecer também à Polícia Federal, que nos acompanhou em muitos momentos, e à Polícia Civil. Quero agradecer ao Presidente da Casa, que também acreditou nesta CPI. Tenho certeza de que o Presidente sabe disso porque houve momentos em que contribuiu para que a CPI tivesse mais apoio.



Era isso. Acho que é um momento histórico do Brasil. Hoje a gente termina com este relatório. Mas, como disseram o Presidente e a nossa Relatora, nós temos que continuar, temos que mostrar para além da nossa Casa, ao Senado e ao Governo Federal, a importância de continuarmos essa luta. É muito triste. De todos os crimes que a gente vê, aquele que mais dói, que nos machuca tanto é o tráfico de crianças, de órgãos. É uma coisa que não dá para suportar. Bom, tudo é ruim, tudo é mau, mas nós temos que continuar essa luta.

Finalizo parabenizando a todos os que participaram, do início até agora, desta CPI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado José Augusto. Quero também parabenizá-lo, da mesma forma, por sua atuação, presente e importante, inclusive nos momentos de algumas visitas e algumas oitivas difíceis, como foi o caso de Belo Monte. Nós estivemos lá verificando de perto aquele episódio das mulheres que foram traficadas, vivendo em cárcere privado, inclusive uma menor, submetidas a abuso e exploração sexual, vindas de Santa Catarina, salvo engano — a maioria delas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Da Bahia também. Foi muito importante também a ida a Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Em Monte Santo. Exatamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Monte Santo. E depois, também lá na Bahia, o tráfico de órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito.

Então, quero agradecer a participação de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Mendonça Prado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar os integrantes desta Comissão, especialmente o Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, e a nossa queridíssima Relatora. Ambos fizeram um trabalho brilhante que, indubitavelmente, corresponde à expectativa de todos.



Tenho plena convicção de que esse é um tema de grande relevância e que chama a atenção da sociedade, em função das consequências desses atos criminosos. É um tema que vem sendo estudado, é um tema que tem feito com que diversas universidades do Brasil realizem pesquisas sobre esse assunto. E aproveito a oportunidade para pedir à Relatora e ao Presidente, principalmente, se possível, que encaminhem os dados, os depoimentos, os vídeos, os áudios das diversas audiências públicas para as universidades. E aqui falo em nome da Universidade Católica de Brasília. Eu faço grupo de um grupo de pesquisa que trata exatamente do tema, e nós tivemos a oportunidade de levar várias informações e dados que colhemos aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, através dos depoimentos que ouvimos, do nosso gabinete, de documentos a que tivemos acesso. Acho que isso é fundamental.

Então, eu solicito ao Sr. Presidente que encaminhe para as universidades, principalmente para essas que criaram grupos de pesquisa para tratar do assunto. Isso vai ser de grande importância para a elaboração de textos, de trabalhos. Isso vai, sem sombra de dúvida, ser de grande valia para a sociedade e para o Estado brasileiro.

Muito obrigado. Parabéns, Sr. Presidente, Sra. Relatora.

Agradeço, em nome da Universidade Católica, a participação da Relatora no seminário que realizamos aqui na Câmara dos Deputados, a que V.Exa. compareceu e no qual proferiu uma brilhante palestra para os acadêmicos daquela universidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Mendonça Prado.

Eu queria acrescentar às sugestões de V.Exa. as medidas já aqui sugeridas, vamos dizer assim, e que, com certeza, serão acolhidas, que, além desse documento ser divulgado para as áreas específicas — núcleos, entidades, organizações não governamentais, autoridades e instituições —, façamos o envio também às universidades públicas e privadas deste País que têm interesse no tema. E realmente têm revelado muito interesse. Nós temos recebido, com muita frequência, solicitação de pesquisa acadêmica, de investigação acadêmica, de



trabalhos, inclusive de conclusão de cursos, muito ultimamente — pedidos de informações à CPI.

Então, V.Exa. tem toda a razão: isso pode ser um instrumento importante de investigação acadêmica no sentido de aperfeiçoar o enfrentamento desse crime que ainda nos persegue de forma volumosa.

Faculto a palavra, se houver algum Deputado ou Deputada que ainda queira fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Deputada Flávia Morais.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eu só quero agradecer as referências que eu recebi de todos os Deputados e mais uma vez parabenizar toda a equipe que trabalhou conosco. Quero agradecer o apoio e o carinho de todos e dizer que todo fim anuncia um novo começo. E, agora que nós apresentamos o final do relatório da CPI, eu acredito que cada um de nós está muito bem preparado para continuar esse trabalho nos Estados. Nós que temos mandato, que temos essa preocupação social, vamos continuar trabalhando onde pudermos para que possamos ajudar a combater o tráfico de pessoas.

Nós temos a Comissão Especial, temos a aprovação do projeto de lei e temos também a intenção da criação da subcomissão permanente na Comissão de Direitos Humanos. Com certeza, esses dois focos são espaços em que nós poderemos manter essa discussão, dar visibilidade a esse tema, que, com certeza, vitimiza tantas e tantas pessoas no nosso País.

Há poucos dias, dei uma entrevista no meu Estado, com a participação de ouvintes. E, em poucos minutos, nós tivemos várias ligações de pessoas se declarando vítimas e dizendo que estavam felizes de ver que alguma coisa foi feita, que alguma coisa vai mudar e que algumas pessoas que ainda não estão como vítimas podem estar protegidas por esse projeto de lei, por algumas ações que esta CPI apresenta.

Por isso, eu quero parabenizar a todos os que contribuíram para essa conquista e pedir a Deus que continue nos abençoando, para que, onde estivermos, nós possamos estar sempre lutando contra esse mal que ainda afeta a nossa sociedade.

Obrigada, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputada Flávia.

Quero só informar que nós, ainda informalmente, marcaremos essas audiências de entrega oficial, digamos assim, desse relatório, ao Presidente do CNJ, ao Ministro da Justiça, à Polícia Federal, ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado, e dizer ainda que temos uma audiência já agendada — só está sendo precisada a data, ainda decorrente dos trabalhos — com a Embaixada dos Estados Unidos, sobre um caso que chamou muito a atenção, que foi o resgate de dois brasileiros que foram traficados. É o primeiro caso de reconhecimento oficial de tráfico internacional, para os Estados Unidos. E essas pessoas ainda estão nos Estados Unidos, sem a cidadania brasileira, porque saíram daqui de forma criminosa, de forma clandestina. E nós assumimos aqui o compromisso público de ir até o final, até ver esses brasileiros regressando ao seu País, o que é o desejo deles — reencontraram a sua família biológica em São Paulo.

Nós avisaremos a todos os membros, como se fôssemos ainda, informalmente, da CPI. Mas acho que são atividades das quais não podemos nos desvencilhar. E vamos informar a todos.

Queria registrar a presença do Deputado Flaviano Melo, que teve que se retirar.

E também vamos fazer a entrega, como foi sugerido pelo Deputado Mendonça, às universidades brasileiras.

Muito obrigado a todos.

Parabéns a todos os que colaboraram com esta CPI!

Está encerrada a presente sessão.

Estão encerrados também os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. (*Palmas.*)